

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 448, DE 2015

Submete à consideração do Congresso Nacional o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputada ROSANGELA GOMES

I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, a Exma. Senhora Presidente da República submete ao Congresso o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

O objeto do presente Acordo é, nos termos do seu artigo I, promover, estimular e desenvolver, em regime de reciprocidade, ações no domínio da educação e formação.

O âmbito é listado com detalhes no Artigo II:

- a) Intercâmbio entre serviços, organismos, instituições de ensino e empresas especializadas;
- b) formação de quadros e aperfeiçoamento profissional;

- c) organização de missões destinadas ao intercâmbio de técnicos e outros especialistas, com a finalidade de melhorar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino;
- d) intercâmbio e elaboração de materiais didático-pedagógicos;
- e) intercâmbio de alunos e professores;
- f) apoio técnico e assessoria em projetos de formação e capacitação de professores e outros técnicos da área educacional;
- g) apoio técnico na elaboração de proposta de construção de um sistema educacional inclusivo;
- h) apoio na implementação de projetos de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem;
- i) apoio na criação de diretrizes políticas e pedagógicas que garantam o direito à educação ao longo da vida;
- j) execução de programas, projetos e atividades de cooperação em áreas de interesse comum consideradas prioritárias;
- k) qualquer outra modalidade acordada entre as Partes.

Para garantir a implementação do Acordo, as Partes poderão negociar a participação de Organismos Internacionais, órgãos da sociedade civil ou da iniciativa privada.

O Artigo III estabelece o comprometimento, entre as Partes, de promover o intercâmbio de docentes, discentes, técnicos, especialistas e pesquisadores.

O artigo IV trata da concessão de bolsas e valida os diplomas e títulos de ensino de uma das Partes a nacionais da outra.

Nos termos do artigo V, as Partes trocarão missões técnicas com o propósito de estudar e viabilizar ações concretas no âmbito dos programas propostos.

Autorizam-se as Partes a promover a participação em eventos de caráter internacional no artigo VI.

As Partes estabelecerão uma sub-comissão bilateral com a missão de propor e negociar as ações de cooperação de interesse para seus países, bem como acompanhar a implementação dessas ações, conforme estabelecido no artigo VII. A sub-comissão reunir-se-á, alternadamente na República da Angola e na República Federativa do Brasil por ocasião das sessões da Comissão Mista, sempre que for necessário, conforme reza o artigo VII.

A solução de controvérsias será feita por negociações diretas ou por via diplomática. (Art VIII); o Acordo poderá ser emendado pelo consentimento mútuo entre as partes (Artigo IX); a denúncia poderá ser feita a qualquer momento, por via diplomática (Artigo X) e a vigência será de cinco anos, renovados automaticamente, salvo se acordado em contrário pelas Partes (Artigo XI).

II - VOTO DA RELATORA

Nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério Educação, a qual instrui e acompanha a Mensagem Presidencial, o presente Acordo foi firmado com o intuito de fomentar as relações de amizade as relações educacionais entre os países, com a vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino não-superior.

A cooperação abrange o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as Partes.

O presente Acordo vem ao encontro das prioridades da política externa brasileira, no que diz respeito à aproximação com os países africanos e promoção da língua portuguesa.

Ressalte-se que o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e Científica com o Governo da República Popular de Angola, assinado em 11 de junho de 1980 e promulgado em 5 de outubro de 1990. Tal acordo se refere à Educação Superior, mas cria uma Comissão Mista, citada no Acordo

de 2010, cujas atribuições são: (i) avaliar a implementação do Acordo; ii) apresentar sugestões para facilitar a execução do Acordo; iii) formular programas de intercâmbio cultural e educacional. O presente Acordo, conforme estabelecido no relatório, cria uma sub-comissão mista que se reunirá concomitantemente com a Comissão Mista do Acordo de 1980. Trata-se, portanto, de aprofundamento e facilitação das relações entre Brasil e Angola na área educacional.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada ROSANGELA GOMES

Relatora

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2016
(MENSAGEM Nº 448, DE 2015)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola, no Domínio da Educação Não-Superior e Formação, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016

Deputada ROSANGELA GOMES

Relatora